



GRANDE POTENCIAL

Janaína Riva ganha força para disputar Governo ou Senado em 2026

Deputada estadual é cotada como forte nome para cargos majoritários em Mato Grosso - Pág. 5



Foto: Assessoria

PÉSSIMA ADMINISTRAÇÃO

Crise na saúde pública de MT se agrava com denúncias de omissão, falta de transparência e silêncio institucional



A crise na saúde pública de Mato Grosso tem ganhado novos contornos, com denúncias de falta de transparência, descaso na gestão hospitalar e restrições de acesso à informação por parte da imprensa. O epicentro da polêmica é a atuação do secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, acusado de manter uma postura omissa diante das demandas da sociedade e da comunicação institucional.

Leia mais na página 4

TENSÃO INSTITUCIONAL

Pivetta cobra ação do Senado e diz que crise institucional já causa "sequelas emocionais" no país



Vice-governador relembra sua trajetória no Legislativo, defende diálogo entre os poderes e minimiza impacto de tarifa sobre importações em Mato Grosso - Pág. 7

CRISE SOCIAL

Mato Grosso registra exclusão de mais de 13 mil famílias do Bolsa Família

Corte atinge mais de 13 mil famílias em julho; governo alega revisão de renda e fim de regra de transição como principais motivos
Pág. 8



Foto: Reprodução

180 MIL USUÁRIOS

Ponto de ônibus ou ponto de espera? Cuiabanos reclamam por falta de agilidade no transporte público - Pág. 4

Inauguração

Olá clientes e amigos!

É com muita alegria que anunciamos a reinauguração do Moura Contabilidade em nossa nova casa, um espaço novo e confortável para melhor atendê-los.

Você é nosso convidado mais que especial para nossa reinauguração.

Estamos localizados na Avenida Julio Campos, ao lado do Posto Palmeira e Elétrica União.

Estaremos te esperando para tomar um café da manhã.

Aguardamos vocês!

Vanderson Moura
(65) 9 9692-0641

MOURA
CONTABILIDADE

Ana Carolina Guerra
Jornalista

“ O discurso político adota o tema da violência de gênero como bandeira apenas quando a dor é pessoal. Deputados aparecem chorando nas redes sociais quando a tragédia atinge alguém da própria família ”

Até que ponto a minha vida vale para o sistema?

Ser mulher no Brasil é viver sob constante vigilância. Não a vigilância do Estado, que deveria proteger, mas a do medo. Medo de andar na rua à noite, medo de voltar tarde para casa, medo de amar a pessoa errada e pagar com o próprio corpo. Medo de denunciar e não ser ouvida. Medo de virar estatística. A pergunta que não quer calar é: até que ponto a minha vida, a nossa vida, vale para o sistema?

A cada seis horas, uma mulher é assassinada no Brasil, na maioria das vezes pelo próprio companheiro ou ex. Em 2023, o país registrou mais de 1.600 feminicídios, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ainda assim, políticas de prevenção continuam escassas, mal financiadas e desarticuladas. Fala-se muito sobre segurança pública, mas, pouco se fala sobre segurança para as mulheres.

O discurso político adota o tema da violência de gênero como bandeira apenas quando a dor é pessoal. Deputados aparecem chorando nas redes sociais quando a tragédia atinge alguém da própria família, assim temos o caso do deputado estadual de Mato Grosso, Gilberto Cattani, que defende a família tradicional brasileira e principalmente a bandeira do Brasil. O que mais me preocupa é que parece que somente nesses casos a violência tem importância. Enquanto isso, os mesmos que defendem a pátria, ignoram ou arquivam projetos de lei que poderiam salvar vidas. A pauta só importa quando o sangue é conhecido.

A Justiça, por sua vez, parece funcionar como um jogo de azar. Agressores são soltos com a mesma facilidade com que descumprem medidas protetivas. Em diversos estados, a Patrulha Maria da Penha sequer existe ou opera com efetivo mínimo. Quantas vezes mais vamos ver mulheres assassinadas por homens que já tinham boletins de ocorrência, antecedentes ou histórico de ameaças?

E não são apenas os juízes ou legisladores. A falha começa lá na base, na esquina, na delegacia da cidade e principalmente na educação. Delegados que tratam denúncias com desdém, policiais que debocham da vítima, perguntando “tem certeza que foi isso mesmo?” ou sugerindo que “você



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

também provocou”. É sempre a vítima que precisa se justificar. É sempre ela que precisa provar que não mereceu levar mais de 61 socos em sua face.

Enquanto isso, o país parece mais empenhado em pedir anistia para golpistas do que em garantir políticas públicas de proteção à vida das mulheres. Discutem o “fim de uma ditadura que nem começou”, como se esse fosse o maior problema nacional. Mas pedir mais abrigos para vítimas de violência? Pedir atendimento psicológico gratuito, creches públicas, juizados especializados e delegacias 24 horas com profissionais capacitados? Parece que o dedo pesa. Pedir respeito virou, para muitos, um ato de afronta.

E quando falamos de mulheres negras, indígenas, periféricas ou com deficiência, a situação é ainda mais grave. Essas mulheres sofrem o peso do abandono institucional em dobro, em triplo. São silenciadas não só pelo machismo, mas, também pelo racismo e pela desigualdade social. Falar em equidade de gênero sem tocar nesses recortes é só perfumaria de rede social.

A verdade é dura: a vida de uma mulher, para o sistema, ainda vale pouco. E isso precisa mudar. Não com discursos vazios em datas comemorativas, não com campanhas superficiais em março ou novembro, mas com ações concretas, com vontade política, orçamento e prioridade. Queremos leis que funcionem. Queremos respostas rápidas. Queremos poder sair de casa e voltar. Queremos viver.

Porque nós não estamos pedindo luxo. Não estamos pedindo privilégios. Estamos pedindo o básico: o direito de existir sem medo. O direito de viver em paz, todos os dias do ano.

Ana Carolina Guerra
é estudante de jornalismo, deejay e defensora de pautas femininas

EDITORIAL

Agosto: um mês, muitas causas, uma sociedade mais consciente

Agosto é um mês que carrega cores e significados diversos, cada um refletindo lutas fundamentais da sociedade. Em meio à correria do cotidiano, somos convidados a parar, refletir e agir diante de três importantes causas que se unem pela saúde, pela dignidade e pela vida. O lilás, o dourado e o laranja não são apenas cores no calendário: são alertas sociais que nos chamam à responsabilidade coletiva.

O Agosto Lilás marca a campanha nacional de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, um problema estrutural que continua a deixar marcas profundas em milhares de brasileiras todos os anos. Criada em alusão à Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, a campanha visa mobilizar a sociedade para romper com o ciclo da violência, fortalecer as redes de proteção, e encorajar as denúncias. Ainda que avanços tenham sido conquistados, os dados continuam alarmantes. A violência de gênero não é um problema individual; é uma questão pública, que exige políticas efetivas, educação para a igualdade e o engajamento de toda a sociedade.

O Agosto Dourado, por sua vez, ilumina a importância do aleitamento materno, considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos pilares da saúde infantil. O dourado simboliza o “padrão ouro” do leite materno —

alimento completo, gratuito, sustentável e insubstituível nos primeiros meses de vida. Promover e proteger a amamentação é garantir um começo mais saudável para nossos bebês e uma maternidade mais amparada para milhões de mulheres. Amamentar é um ato de amor, mas também de resistência frente à desinformação, à pressão social e à falta de apoio institucional.

Já o Agosto Laranja reforça a conscientização sobre a esclerose múltipla, uma doença neurológica crônica e autoimune que afeta o sistema nervoso central, provocando sintomas muitas vezes invisíveis aos olhos de quem convive com o paciente. Por ser uma enfermidade pouco conhecida, o preconceito e o desconhecimento ainda são barreiras enfrentadas por quem recebe o diagnóstico. A campanha tem como objetivo informar, acolher e dar visibilidade às pessoas com esclerose múltipla, além de destacar a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado para a qualidade de vida dos pacientes.

Três cores, três causas e um mesmo convite: o de construir uma sociedade mais justa, informada e solidária. O mês de agosto nos oferece a oportunidade de agir com empatia, ampliar nosso olhar e fortalecer compromissos com direitos humanos, saúde pública e inclusão.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Amor antigo ou birra mal resolvida?

Tem coisa que nem Freud explica, mas, a política sempre dá um jeito de mostrar. A prefeita Flávia Moretti e seu vice, Tião da Zaeli, seguem protagonizando uma novela digna de horário nobre, com direito a troca de farpas, alfinetadas públicas e indiretas mal disfarçadas. Tudo, claro, regado pelos canais de comunicação e pelas redes sociais. Mas o que parece briga de gestão, muitos já desconfiam que esconde uma história antiga, daquelas que ficaram mal resolvidas no fundo do coração. Há quem diga que a implicância constante do vice não é só política. Seria, talvez, uma dor do passado mal curada, que insiste em reaparecer toda vez que o nome da prefeita surge em destaque. Tião critica, cutuca, provoca e Flávia rebate com a frieza de quem já sabe de onde vêm os ataques. Amor mal resolvido? Saudade disfarçada? Ou pura disputa de poder? Seja qual for o motivo, quem perde mesmo é o povo, que esperava uma dupla afinada na gestão, mas recebeu uma batalha de egos com roteiro de drama romântico mal escrito. Se o vice quer provar competência, talvez fosse melhor trocar os recados emvenenados por propostas concretas. E se for mesmo dor de cotovelo, que trate logo, porque a cidade não pode servir de cenário para ciúmes antigos.

Ouro de sangue e silêncio



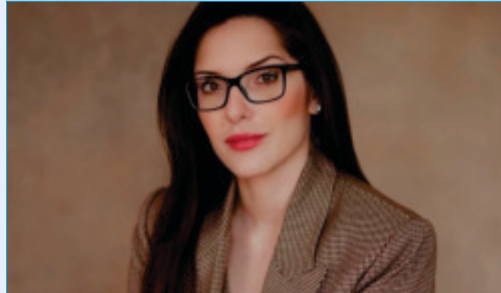
Enquanto as autoridades fazem vista grossa, o ouro continua saindo de baixo da terra em Mato Grosso e não são apenas os garimpeiros que lucram. Informações de bastidores apontam que o Comando Vermelho, conhecida do crime organizado, tem se associado a grandes empresários locais em operações de garimpo ilegal. A parceria é silenciosa, mas altamente lucrativa. A conta não fecha, ou melhor, fecha bem demais para alguns. Ninguém sabe ao certo quantos quilos de ouro são extraídos, nem quem realmente lucra com isso. Mas nos corredores escuros da política e da economia paralela, já se ouve: 1 kg sai do garimpo e vira 10 no papel. Multiplica-se no transporte, na venda, na lavagem e, claro, no silêncio. O que deveria ser combatido com rigor vira negócio para meia dúzia. O crime se organiza, o Estado desorganiza, e o meio ambiente paga a conta com rios envenenados, terras devastadas e comunidades ameaçadas. O ouro brilha, mas também mancha. E o silêncio de quem deveria fiscalizar brilha ainda mais. Até quando?

Furada em protesto



O vereador Rafael Ranalli (PL) virou alvo de piadas nas redes sociais após protagonizar um protesto inusitado na Câmara Municipal de Cuiabá contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Com uma fita isolante na boca e segurando um cartaz pedindo o impeachment do magistrado, Ranalli tentou chamar atenção para sua moção de repúdio, que acabou sendo aprovada no plenário. No entanto, o gesto performático ganhou repercussão negativa após ser divulgado pela página Capivara Play, gerando uma enxurrada de comentários irônicos. Internautas criticaram a teatralidade do ato e cobraram do parlamentar uma postura mais propositiva em temas relevantes para a capital, como o impasse do VLT, o rombo no INSS municipal e o fechamento da Santa Casa.

O preço por falar a verdade



Ser voz ativa no Parlamento custa caro e, no caso da deputada Janaína Riva, pode custar à própria vida. Após ganhar projeção na imprensa e aparecer com força em pesquisas para voos políticos mais altos, a parlamentar tem acumulado não só admiradores na sociedade, mas também inimigos poderosos nos bastidores do poder. Fontes oficiais confirmam: há risco real à sua segurança. E não se trata de paranoia política, mas de um cenário preocupante onde quem denuncia os "donos do jogo" vira alvo. Conhecida por levantar a voz contra trapagens, esquemas e roubos dentro da própria Casa de Leis, Janaína passou de incômodo político a ameaça viva para quem não quer perder seus privilégios. Enquanto conquista a confiança da população ao defender o cidadão comum, perde aliados entre os caciques políticos, aqueles que, muitas vezes, decidem quem sobe e quem desaparece do mapa. A pergunta que fica é: até quando dizer a verdade será um risco de vida no Brasil? E mais: quem está disposto a protegê-la, quando o sistema prefere silenciar?

Agora é do PSD



O ex-prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, anunciou nesta sexta-feira (8) sua saída do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), após nove anos de filiação, e sua entrada no Partido Social Democrático (PSD). Segundo ele, a mudança marca o início de um novo ciclo em sua trajetória política. Ao oficializar sua filiação, Emanuel publicou uma carta de agradecimento e despedida aos antigos colegas de partido, destacando as conquistas ao lado de lideranças como Carlos Bezerra e Francisco Faia. Em tom emocionado, afirmou deixar o MDB "pela porta da frente", com sentimento de missão cumprida e gratidão pelas lutas travadas em prol de uma Cuiabá mais justa. Ao ingressar no PSD, Emanuel reforçou seu compromisso com a justiça social, afirmando que a nova sigla compartilha de seu ideal de uma política pautada pela humanização e pelo desenvolvimento com equidade. O anúncio foi acompanhado da publicação de uma foto ao lado de Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, e Carlos Fávaro, ministro e dirigente estadual do partido em Mato Grosso.

Max Russi - Deputado Estadual

“Mato Grosso é um estado em pleno desenvolvimento, com uma das menores taxas de desemprego do país”

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Max Russi, destacou o retorno dos trabalhos no segundo semestre de 2025 com otimismo e reafirmou o compromisso do parlamento com o desenvolvimento do Estado. Durante entrevista, ele ressaltou a importância histórica da Casa de Lei, que celebra 190 anos, e sua relevância nas decisões que impactam diretamente a população.

Russi comentou a instabilidade política nacional e defendeu equilíbrio entre os Poderes e respeito às instituições. Sobre a crise econômica, afirmou que Mato Grosso tem se mantido firme, com baixa taxa de desemprego, e que o Legislativo está disposto a colaborar com o Executivo para mitigar impactos setoriais.

O parlamentar também abordou temas como a violência nas escolas, defendendo ações firmes e preventivas; a crise dos empréstimos consignados, onde reiterou a necessidade de proteger os servidores.



Foto: ALMT

“ O diálogo, é a base para que os avanços das negociações, possam continuar de forma leve e segura ”

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular – Diante do atual cenário político do país, com o travamento no Congresso e as recentes decisões do ministro Alexandre de Moraes, como o senhor avalia os impactos disso na relação entre a classe política e a sociedade?

Max Russi – É, sim, um momento difícil. Um período de instabilidade que, naturalmente, gera preocupação e nos leva a refletir sobre os desdobramentos que podem surgir nos próximos meses. No entanto, paralelamente a esse cenário, a Assembleia Legislativa tem motivos para celebrar. Enquanto a crise nacional avança e se intensifica em Brasília, aqui em Mato Grosso vivemos uma realidade diferente. Seguimos estáveis; o Estado continua em desenvolvimento, com uma das menores taxas de desemprego do país e com diversas ações em andamento. Há conquistas importantes acontecendo, especialmente neste momento, e nosso compromisso é seguir contribuindo de forma positiva nos próximos meses deste ano.

Centro Oeste Popular – O senhor acredita que o país corre o risco de travar institucionalmente diante desse cenário? Como presidente de um Poder, qual sua visão sobre a atuação do Congresso Nacional? O senhor acha que medidas como a retirada de parlamentares de comissões ou da Mesa Diretora seriam adequadas?

Max Russi – Não acredito em travamento. No Brasil, mesmo quando são tomadas medidas impactantes, por mais duras que sejam, o país continua se movimentando. Pode até haver algum impacto no desenvolvimento ou no progresso em certos momentos, mas estamos falando de um país extremamente rico, de dimensões continentais e com enorme capacidade de produção. É evidente que a instabilidade gera muitas incertezas, principalmente no setor produtivo, nos investimentos e em novas iniciativas. Isso retrai a economia, paralisa ações que geram emprego, desenvolvimento, crescimento do PIB e melhoria da qualidade de vida. E isso é negativo para todos. A expectativa é que essa situação seja resolvida o quanto antes, com encaminhamentos firmes e responsáveis. Precisamos confiar nas instituições do país, no Congresso Nacional, no sistema de Justiça e em todos os órgãos responsáveis por conduzir esse processo com equilíbrio, sempre colocando o Brasil em primeiro lugar.

Centro Oeste Popular – Alguns economistas têm sugerido que o Governo de Mato Grosso adote medidas como o reconhecimento de créditos e a facilitação no pagamento de impostos para amenizar os impactos da crise. O senhor acredita que a Assembleia pode intermediar esse diálogo com o Executivo? Apesar de o volume de exportações ser pequeno em termos gerais, setores como o da madeira, por exemplo, podem ser fortemente afetados.

Max Russi – Alguns estados já estão adotando medidas nesse sentido. Eu li sobre isso recentemente e sei que há iniciativas em andamento em várias partes do país. A medida que a crise for avançando e começarem a surgir impactos mais concretos em determinados setores, a Assembleia estará de portas abertas para esse debate. Se houver uma iniciativa do governo, estaremos prontos para dialogar, discutir e colaborar. E, se for necessário, também tomaremos a iniciativa de procurar o governo, apresentar propostas, sugeri-

rir ações e construir soluções em conjunto com os deputados. Nosso foco será, principalmente, nos setores mais prejudicados, buscando meios e mecanismos pelos quais o Estado possa contribuir de forma efetiva para enfrentar as dificuldades e minimizar os impactos dessa crise.

Centro Oeste Popular – Em relação a tudo que vem acontecendo sobre a prisão de Jair Bolsonaro, qual a sua visão? Acredita que as medidas tomadas foram adequadas ou houve algum tipo de estranhamento ou confusão por parte do Judiciário? E, mesmo diante dessas questões, como o senhor vê a importância de respeitar as decisões da Justiça?

Max Russi – Houve, sim, um extrapolemamento por parte do Judiciário. Mas é importante lembrar que decisões da Justiça devem ser respeitadas. Sempre defendi que decisão judicial se cumpre, não se discute. No entanto, é evidente que tem havido exageros na condução de algumas ações, e isso tem sido percebido de forma quase unânime pela população. Há um sentimento generalizado de que os limites estão sendo ultrapassados. Vejo que ele acabou apostando tudo, tomou uma decisão muito extrema, como se tivesse dado um "all-in". E agora vamos observar os desdobramentos dessa escolha.

Centro Oeste Popular – Acredita que a situação envolvendo o ex-presidente Bolsonaro pode enfraquecer a direita no cenário político?

Max Russi – É difícil emitir uma opinião definitiva sobre esse tema. Confesso que, neste momento, só o tempo poderá trazer uma resposta mais clara. Os analistas fazem várias conjecturas; existem argumentos e avaliações de todos os lados. Mas afirmar com certeza se há crescimento de apoio para o lado A ou para o lado B com base em decisões como essa é algo muito difícil de dizer. O que sentimos, de forma concreta, é que o país está perdendo. Estamos todos perdendo. A economia se retrai, desacelera, e isso, em um primeiro momento, pode até parecer controlado, mas os impactos reais acabam surgindo logo em seguida. E eles atingem todos, principalmente empresários e trabalhadores.

Centro Oeste Popular – Recentemente, tivemos em Mato Grosso um caso chocante envolvendo agressões entre meninas e a formação de uma facção dentro de uma escola estadual. O que o senhor acredita que o governo deve fazer para prevenir e combater esse tipo de situação que preocupa toda a sociedade?

Max Russi – É preciso agir com muita firmeza. Hoje temos diversos mecanismos à nossa disposição, como ferramentas digitais, câmeras de monitoramento, entre outros recursos. Vivemos na era da informação. Existem muitos meios para atuarmos de forma eficaz dentro das escolas. O que não podemos aceitar, em hipótese alguma, é que situações como essas se tornem comuns. Quando se chega ao ponto de formar facções dentro de ambientes escolares, tentando impor disciplina pela força, estamos lidando com algo totalmente ilegal, inaceitável e fora de qualquer princípio educativo. Isso precisa ser combatido com seriedade e energia. Confesso que fico bastante preocupado, porque os índices de violência têm crescido

em várias áreas da sociedade. E quando essa violência atinge o ambiente escolar, fica claro que estamos diante de um problema que precisa ser enfrentado com urgência. Esse debate deve ser conduzido de forma ampla, envolvendo toda a sociedade. É necessário discutir a estrutura familiar, o papel das políticas públicas e o compromisso coletivo com a educação. Porque, no fim das contas, é disso que depende a sociedade que queremos construir para os próximos anos.

Centro Oeste Popular – Recentemente foi divulgado um relatório do Tribunal de Contas apontando que foram assinados contratos que somariam cerca de R\$ 60 mil. Esse tema deve ser discutido na CEPLAY? Há previsão de aprovação de algum projeto relacionado? Quais os próximos encaminhamentos? O senhor sempre mencionou que a mesa técnica estava trabalhando; diante desse resultado, qual a sua avaliação? Além disso, o senhor acredita que a criação de uma instituição financeira poderia favorecer esse processo?

Max Russi – Não tive acesso a esse resultado, mas, pela sua fala e pelo trabalho bem feito que foi realizado, e que chegou a números importantes, acredito que tenha sido válido. Os dias da Assembleia não podem ser pautados apenas por vivências passadas. Precisamos olhar para frente, resolver os problemas e, ao mesmo tempo, punir os responsáveis pelos erros do passado. Infelizmente, lá atrás, tivemos uma CPI no âmbito da CEPLAY. Foi apresentado um projeto de lei, mas a Justiça o derrubou. Se esse projeto estivesse em vigor, provavelmente os problemas que enfrentamos agora teriam sido evitados. A CEPLAY fez o papel dela naquele momento. Recentemente, aprovamos novamente um projeto que cancelava o contrato com uma empresa envolvida em inúmeras irregularidades, e mais uma vez a Justiça derrubou a decisão. Isso acaba amarrando o trabalho do Parlamento, que é a Casa do Povo. Nenhum outro Poder escuta tanto a sociedade quanto o Poder Legislativo. Esta Casa de Leis está presente em todas as regiões do Estado, 24 horas por dia. Mas, como disse antes, decisões judiciais precisam ser cumpridas. Ainda assim, essas muitas vezes dificultam a evolução do nosso trabalho e limitam a capacidade de cobrar responsabilidades, principalmente em relação aos prejuízos causados aos servidores públicos. Em relação à fala do ex-cônsul Santos, mencionando o interesse do Banco do Brasil em comprar esses empréstimos e renegociar as dívidas com condições melhores, considero uma iniciativa positiva. O Banco do Brasil é uma instituição pública, com grande responsabilidade social, e essa proposta representa um avanço significativo. A carteira de consignados dos servidores é extremamente lucrativa para os bancos. Eles emprestam sem risco de inadimplência, porque o pagamento é descontado diretamente na folha. O servidor não tem nem a opção de atrasar, pois o valor é retido automaticamente. O que não pode acontecer é o que vimos com alguns bancos, que estavam aplicando taxas abusivas e aproveitando para explorar os servidores. Instituições como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, além do papel financeiro, também têm um papel social, e, em momentos como este, precisam se colocar à disposição para oferecer alternativas justas e responsáveis.

PÉSSIMA ADMINISTRAÇÃO

Crise na saúde pública de MT se agrava com denúncias de omissão, falta de transparência e silêncio institucional

Lúdio Cabral destaca que o atual governo está há oito anos no mandato e investe apenas em propagandas e esquece dos resultados

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A crise na saúde pública de Mato Grosso tem ganhado novos contornos, com denúncias de falta de transparência, descaso na gestão hospitalar e restrições de acesso à informação por parte da imprensa. O epicentro da polêmica é a atuação do secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, acusado de manter uma postura omissa diante das demandas da sociedade e da comunicação institucional.

O jornal Centro Oeste Popular recebeu denúncias envolvendo o Hospital Adauto Botelho, em Cuiabá, que apontam falhas graves no atendimento à população e, principalmente, omissão de informações por parte da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT). Profissionais de imprensa relataram que, há meses, enfrentam dificuldades para obter respostas, mesmo com pedidos formais. A assessoria não responde, o secretário não se pronuncia, e o silêncio tem gerado desconfiança, especulações e prejuízos à transparência pública.

Diante desse cenário, o deputado estadual e médico Lúdio Cabral (PT) fez críticas contundentes à condução da saúde no estado e à postura do secretário Gilberto Leite. Em entrevista,



O deputado estadual e médico Lúdio Cabral (PT) fez críticas contundentes à condução da saúde no estado e à postura do secretário Gilberto Leite

afirmou que a saúde de Mato Grosso vive uma situação de calamidade, com hospitais regionais sucateados, equipamentos deteriorados e falta de insumos, medicamentos e profissionais.

“Estamos com um problema gravíssimo na saúde estadual. Os hospitais estão todos sucateados, com estrutura física precária. O Hospi-

tal Adauto Botelho vive a mesma situação. E isso tudo ocorre enquanto o Estado bate recordes de arrecadação. É contraditório”, afirmou.

O parlamentar também questionou o discurso oficial do governo, que se apoia principalmente na promessa de construção de novos hospitais. Citou, como exemplo, o Hos-

pital Central, cuja entrega estava prevista para setembro deste ano, mas já enfrenta atrasos, com previsão de funcionamento apenas em dezembro.

Além das críticas à gestão, Lúdio destacou o comportamento do secretário Gilberto com relação à imprensa, alertando que a falta de diálogo compromete a confiança na administração pública.

“Essa atitude do Gilberto de se calar, de nunca atender ou responder à imprensa, só enfraquece a confiança na gestão. Cargos estratégicos exigem transparência. Governantes e secretários têm o dever de prestar contas, de se submeter ao questionamento público. Isso é democracia”, enfatizou.

Nos bastidores, jornalistas e veículos de comunicação relatam a falta de retorno da Secretaria de Saúde, mesmo em pautas urgentes sobre campanhas de vacinação, licitações e contratos públicos. Sem respostas oficiais, profissionais de imprensa recorrem a fontes alternativas, o que compromete a qualidade da apuração e prejudica o direito da população à informação confiável.

A crise ganhou ainda mais visibilidade com a recente ameaça de fechamento do Hospital Estadual Santa Casa, apesar da existência de recursos disponíveis. O deputado Lúdio Cabral afirmou que pretende intensificar a fiscalização.

“Vamos retomar a agenda na Assembleia, visitar todos os hospitais e convocar o secretário para prestar esclarecimentos. Nossa maior preocupação é o risco de o Estado retroceder e entregar a gestão novamente às organizações sociais, que já se mostraram ineficientes entre 2011 e 2018”, alertou.

Outro lado:

Até o fechamento desta edição, a Secretaria de Comunicação do Estado não se pronunciou oficialmente sobre as críticas. A expectativa é que o governo estadual reveja sua postura diante da imprensa e reforce o compromisso com a transparência, especialmente em áreas tão sensíveis quanto a saúde pública.

180 MIL USUÁRIOS

Ponto de ônibus ou ponto de espera? Cuiabanos reclamam por falta de agilidade no transporte público

O transporte coletivo vem enfrentando grandes desafios de infraestrutura, segurança e qualidade

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O transporte público é um dos meios mais utilizados pela população brasileira no dia a dia. De acordo com pesquisas cerca de 67% dos brasileiros utilizam o transporte coletivo, enquanto 21% preferem o carro e apenas 10% possuem motocicletas. Em Cuiabá, aproximadamente 180 mil pessoas dependem dos ônibus.

Entre os maiores desafios enfrentados pelos usuários estão a falta de integração entre os modais, a saturação das vias, a ausência de investimentos e a baixa qualidade do serviço. A reclamação mais frequente diz respeito à falta de ar-

condicionado nos veículos, especialmente em uma cidade como Cuiabá, considerada a mais quente do Brasil.

Durante a apuração, foram ouvidos moradores que, por não terem condições de adquirir um carro ou moto, utilizam o transporte coletivo para trabalhar ou ir ao médico. Aline, de 34 anos, moradora do Jardim Vitória, destaca o longo tempo de espera como um risco à segurança.

“A minha maior dificuldade em usar o ônibus como meio de locomoção principal é a baixa quantidade que disponibilizam para nós, moradores. Aos finais de semana, o tempo de espera é maior e, mesmo saindo mais cedo de casa, muitas vezes os ônibus não chegam no nosso bairro, o que prejudica nosso serviço. Tem patrão que entende, mas muitos não querem saber. Além disso, o ar-condicionado não funciona e os ônibus estão sempre lotados, causando muito desconforto”, comenta Aline.

Dados indicam que mais de dez pessoas são assaltadas diariamente em pontos de ônibus. Segundo os moradores, os as-

saltantes realizam arrastões e, muitas vezes, utilizam facas ou armas para ameaçar quem resiste ou demora a entregar objetos de valor.

Outro ponto crítico é a falta de acessibilidade e o comportamento de alguns motoristas. Alessandro, de 30 anos, morador do bairro Pedra 90, chama atenção para essas falhas.

“O uso do transporte coletivo é de suma importância para a sociedade cuiabana, e vejo que pecam muito nos cuidados e na entrega das unidades. Prometem ar-condicionado e não entregam com excelência, ou nem mesmo duram um ano. Não há acessibilidade para cadeirantes e idosos, pois há ônibus em que o elevador não funciona mais, e ninguém busca resolver esse problema. Sem contar a falta de educação de alguns motoristas, que, por diversas vezes, desrespeitam os usuários ou até mesmo pessoas com deficiência” ressalta Alessandro.

Em busca de soluções modernas para o transporte urbano, a vereadora Samantha Íris (PL) destacou que a Comissão de Transportes

está atuando para resolver os problemas enfrentados pela população. Questionada sobre segurança e tempo de espera, garantiu que estudos estão em andamento.

“Estamos levantando indicadores que nos permitam avaliar com mais precisão a quantidade de ônibus em circulação e, se necessário, cobrar a ampliação da frota. Esse trabalho envolve tanto a análise geral da qualidade e quantidade dos ônibus quanto o estudo específico de cada linha e bairro. Como parlamentar, tenho solicitado à Semob que exija das empresas de transporte estudos detalhados para identificar onde há necessidade de mais veículos e onde é possível redimensionar rotas. Esse acompanhamento é feito paralelamente à CPI, mas acredito que a comissão também nos fornecerá uma base técnica mais sólida para cobrar mudanças formais, com argumentos que as empresas não poderão ignorar. Nosso objetivo é garantir um transporte mais eficiente, que atenda de verdade quem mais precisa, nos bairros que mais sofrem com a precariedade do serviço”, comenta.



LANÇAMENTO:

MANUAL DO ENGENHEIRO CIVIL ABENC-MT 2025

Cuiabá-MT

- 18/08 Faculdade Uniasselvi- 19:30h
- 19/08 Faculdade Univag- 19:00h
- 20/08 UFMT- 19:00h

Tangara da Serra-MT

- 09/09 Auditorio Inspecoria do CREA-18:30 h

Realização:

Apoio:

Parceiros:



Contato:

+55 65 9 9340-4741

www.abencmt.org.br

JUSTIÇA EM XEQUE

Operação Sepulcro Caiado desarticula esquema milionário de fraudes no Judiciário de MT

Esquema desvenda desvio de R\$ 21 milhões e envolve advogados, servidores e empresários no TJMT

■ | Maria Cardoso | Da Redação

Um escândalo de grandes proporções abalou o sistema judiciário de Mato Grosso com a deflagração da Operação Sepulcro Caiado, no último dia 30 de julho. A ação conjunta da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) revelou um esquema de fraudes processuais e desvio de recursos públicos, que causou um rombo estimado em R\$ 21 milhões nos cofres do Judiciário estadual.

O esquema envolvia advogados, empresários e servidores públicos que operavam uma rede de fraudes por meio de processos judiciais de cobrança simulada. A quadrilha apresentava comprovantes bancários falsos, que supostamente quitavam dívidas inexistentes. Com a ajuda de um servidor do TJMT, valores eram transferidos indevidamente da conta única do tribunal para contas vinculadas a processos judiciais, gerando alvarás de levantamento completamente irregulares.

Entre 2018 e 2022, foram identificados 17 processos judiciais usados para executar o golpe. A fraude só foi contida após mudanças no sistema de movimentação financeira do TJ, implementadas em 2023, que passaram a dificultar a repetição da prática.

O Judiciário mato-grossense, que administra mais de 1,5 milhão de processos por ano e movimenta um orçamento superior a R\$ 1 bilhão, foi duramente atingido na sua credibilidade. Especialistas apontam que o caso revela falhas graves nos mecanismos de controle e fiscalização interna.

Até o momento, 11 pessoas foram presas preventivamente. Entre os detidos estão: João Gustavo Ricci Volpato, empresário, apontado como líder do esquema; Rodrigo Moreira Mari-

Foto: TJMT



O Judiciário mato-grossense, que administra mais de 1,5 milhão de processos por ano e movimenta um orçamento superior a R\$ 1 bilhão

nho, advogado e conselheiro da OAB-MT; O casal de advogados Wagner Vasconcelos de Moraes e Melissa França Praeiro Vasconcelos de Moraes; João Miguel da Costa Neto, Themis Lessa da Silva, Régis Poderoso de Souza e Denise Alonso, também advogados e empresários.

O servidor Mauro Ferreira Filho, considerado peça-chave na operação, se entregou voluntariamente à polícia. Ele é apontado como o principal articulador dentro do TJMT, responsável por facilitar as movimentações fraudulentas.

Além das prisões, o TJMT afastou três servidores suspeitos e instaurou sindicâncias administrativas para apurar a conduta funcional.

A Justiça determinou o bloqueio de bens dos envolvidos, incluindo imóveis, veículos de luxo e empresas, que somam mais de R\$ 239 milhões. A medida visa garantir o ressarcimento ao erário público.

Devido à gravidade dos fatos e ao envolvimento direto de agentes públicos, o caso foi remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que assumirá a tramitação dos processos relacionados.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) acompanha o caso e informou que poderá suspender ou expulsar os advogados envolvidos, conforme o avanço das apurações.

Já o TJMT anunciou uma série de medidas corretivas, incluindo o uso de tecnologia de monitoramento em tempo real, reforço em auditorias e mudanças nos procedimentos de movimentação de valores judiciais. O caso provoca uma onda de desconfiança entre os operadores do Direito e a população. A operação levanta alertas sobre os riscos de corrupção sistêmica dentro dos tribunais e a necessidade urgente de transparência e controle em órgãos públicos de grande porte.

As investigações continuam em andamento, e novas prisões e indiciamentos são esperados. As autoridades destacam que os responsáveis serão punidos exemplarmente.

GRANDE POTENCIAL

Janaína Riva ganha força para disputar Governo ou Senado em 2026

Deputada estadual é cotada como forte nome para cargos majoritários em Mato Grosso

■ | Lucas Leite | Da Redação

A deputada estadual Janaína Riva (MDB) tem ganhado cada vez mais projeção no cenário político de Mato Grosso e surge como um dos nomes mais fortes para a disputa de um cargo majoritário nas eleições de 2026. Com base sólida em todo o estado e forte desempenho eleitoral nas últimas eleições, a parlamentar é apontada como potencial candidata tanto ao Governo quanto ao Senado.

Com quatro mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa, Janaína é atualmente vice-presidente da Casa e uma das parlamentares mais influentes do estado. Em 2022, foi a deputada estadual mais votada de Mato Grosso, reforçando sua força nas urnas e ampliando sua base de apoio entre prefeitos, vereadores e lideranças políticas de diversas regiões.

Filha do ex-deputado José Riva, Janaína construiu uma trajetória própria dentro da política. Com perfil combativo, tem se destacado por sua atuação firme na defesa de pautas sociais, dos direitos das mulheres, da saúde e do fortalecimento da interiorização das políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos, Janaína ampliou sua presença política também no cenário nacional, participando de articulações com lideranças partidárias e defendendo a inclusão de Mato Grosso nas discussões sobre desenvolvimento regional e reforma tributária.

A possível candidatura da deputada ao Senado ou ao Governo do Estado em 2026



Com quatro mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa, Janaína é atualmente vice-presidente da Casa e uma das parlamentares mais influentes do estado

tem sido comentada nos bastidores e nos meios políticos. Integrantes do MDB e de outras legendas avaliam que Janaína reúne atributos fundamentais: carisma, densidade

eleitoral, capilaridade política e experiência parlamentar.

Com o cenário eleitoral ainda em construção, a deputada mantém o foco no mandato atu-

al, mas não descarta voos mais altos. A avaliação é de que, caso entre na disputa, terá grandes chances de protagonizar a corrida pelo Palácio Paiaguás ou por uma vaga no Senado Federal.

Acesse:
www.tangaraonline



Giuliana Altimari

65 9.9641-0281
giu.megapop@gmail.com

Fraxe A sua vibração da o tom do seu dia, vibre com intensidade e tudo flui.



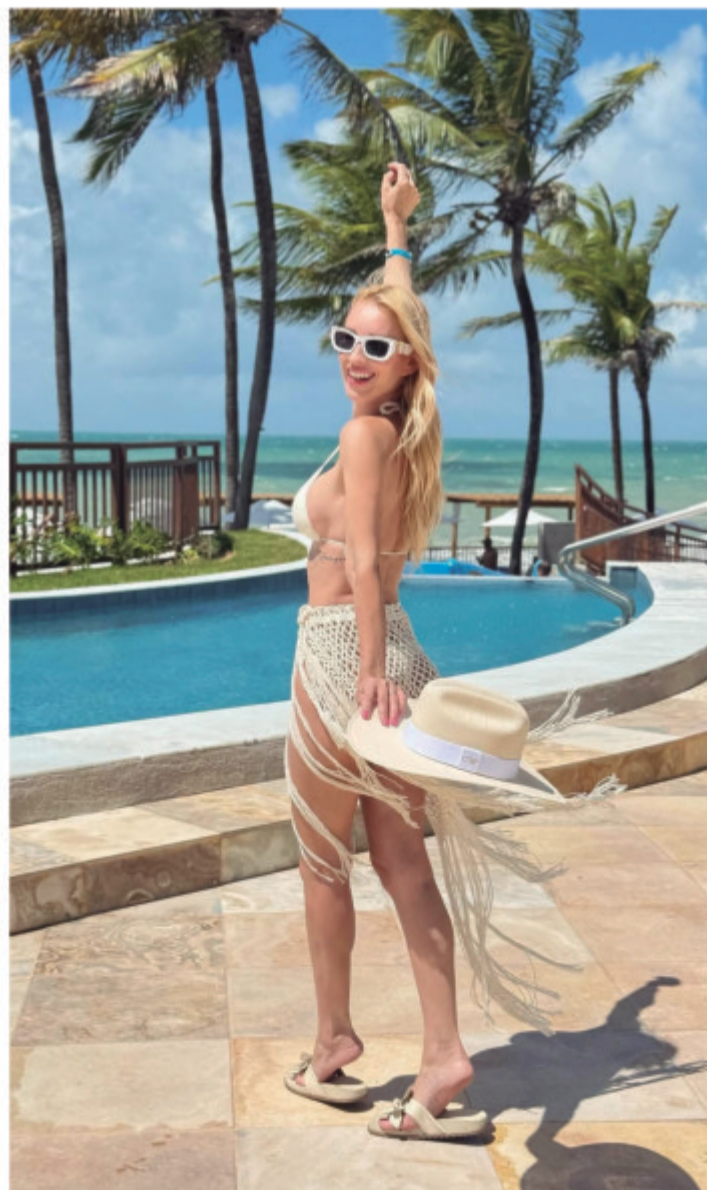
MARIZA BAZO EM MOMENTO ESPECIAL



MARIZA BAZO E SUELI BATISTA VIAJANDO PELO MUNDO



SUELI BATISTA CURTINDO VIAGEM ESPECIAL



CLEIA SEMPRE ELEGANTE



SIBELE MORENO CURTINDO DIA ESPECIAL



SÁVIO PEREIRA, IDE GUIMARÃES E SEU MARIDO JÚNIOR

TENSÃO INSTITUCIONAL

Pivetta cobra ação do Senado e diz que crise institucional já causa “sequelas emocionais” no país

Vice-governador relembra sua trajetória no Legislativo, defende diálogo entre os poderes e minimiza impacto de tarifa sobre importações em Mato Grosso

■ | Maria Cardoso | Da Redação

O vice-governador Otaviano Pivetta fez um discurso enfático em defesa do Poder Legislativo e não poupou críticas ao Senado Federal, cobrando uma postura mais ativa diante da instabilidade política que o país enfrenta. Ele também relembrou sua trajetória como deputado estadual e se posicionou sobre os efeitos econômicos da nova tarifa sobre importações, destacando o impacto no agronegócio mato-grossense.

Pivetta ressaltou a importância do Parlamento como um dos pilares fundamentais da democracia, afirmando que é no Legislativo que a voz da população encontra sua representação mais legítima. Para ele, o Parlamento deve ser um espaço de debates equilibrados e responsáveis, onde a pluralidade de ideias seja respeitada e valorizada.

“O Poder Legislativo, numa democracia, é fundamental. É o verdadeiro representante do povo. O compromisso do Legislativo é muito grande, e ele é a base do sistema democrático”, afirmou.

O vice-governador também destacou como sua experiência como deputado estadual contribuiu para sua atuação no Executivo. Segundo ele, quem passa pela Assembleia compreende melhor a importância do diálogo e do respeito às diferenças, elementos essenciais para uma gestão democrática e eficaz.

“Tive uma experiência importante aqui, que me dá mais intimidade, inclusive, para hoje ajudar o Mauro a governar, porque é preciso ter a capacidade de dialogar, de entender o



Pivetta ressaltou a importância do Parlamento como um dos pilares fundamentais da democracia, afirmando que é no Legislativo que a voz da população encontra sua representação mais legítima

pensamento dos deputados e respeitar esse poder”, completou.

Ao ser questionado sobre o atual cenário de tensão entre os Poderes da República, Pivetta dirigiu críticas ao Senado Federal, que, em sua visão, tem falhado em cumprir sua função constitucional de controlar e equilibrar os demais Poderes, especialmente o Judiciário. Para ele, a omissão do Senado tem contribuído para o agravamento da crise política e institucional no país.

Pivetta alertou que a atual crise está gerando prejuízos profundos para o Brasil, com impactos diretos sobre a economia e também sobre o bem-estar emocional da população. Segundo ele, o ambiente de instabilidade tem produzido vítimas e enfraquecido o país.

O vice-governador defendeu uma atuação mais firme do Senado diante do que considera abusos por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). Para ele, é fundamental que o Senado exerça seu papel fiscalizador, inclusive anali-

sando pedidos de impeachment de ministros do STF ou instaurando CPIs, conforme previsto na Constituição.

Além de abordar a crise política, Pivetta também comentou os efeitos da nova tarifa sobre produtos importados, que entrou em vigor recentemente no Brasil. Ele minimizou os impactos dessa medida para Mato Grosso, ressaltando a competitividade do agronegócio estadual, especialmente em comparação aos Estados Unidos, principais concorrentes no setor.

“Nossa agricultura é muito mais eficiente que a deles. Nossa pecuária também. O papel do governo é garantir um ambiente favorável para os produtores. Quem tem produto para vender é quem deve buscar novos mercados. O governo só não pode atrapalhar”, afirmou.

Ao final da entrevista, Pivetta fez um apelo pela pacificação política e pela retomada da normalidade institucional. Para ele, o momento exige responsabilidade por parte das lideranças e superação das divisões que comprometem a governabilidade do país.

“Alguém tem que ceder”, concluiu o vice-governador.

CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

CRISE SOCIAL

Mato Grosso registra exclusão de mais de 13 mil famílias do Bolsa Família

Corte atinge mais de 13 mil famílias em julho; governo alega revisão de renda e fim de regra de transição como principais motivos

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Mato Grosso registrou a exclusão de 13.352 famílias do programa Bolsa Família no mês de julho de 2025, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS). O número total de famílias atendidas no estado caiu de 244.306 em junho para 230.954 em julho, representando uma redução de 5,5%. Com isso, Mato Grosso aparece como o 16º estado com maior número de cortes no país.

As exclusões afetaram diversos municípios, com destaque para Cuiabá, onde mais de 2.300 famílias foram desligadas do programa. Em Várzea Grande, foram 1.364 cortes; em Rondonópolis, 835; e em Cáceres, 591. Cidades do interior, como Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde e Barra do Garças, também registraram reduções significativas no número de beneficiários.

Segundo o governo federal, os principais motivos para os cortes foram o aumento da renda familiar, o encerramento do prazo da chamada Regra de Proteção e a intensificação do cruzamento de dados para validação cadastral. A Regra de Proteção permitia que famílias que ultrapassassem temporariamente o limite de renda per capita continuassem recebendo parte do benefício por até



Apesar da redução no número de beneficiários, o investimento federal no estado segue elevado. Em julho, o governo repassou cerca de R\$ 157,5 milhões para as famílias mato-grossenses

dois anos. A partir de 2025, esse período foi reduzido para 12 meses, resultando na exclusão de muitos beneficiários.

Em Mato Grosso, aproximadamente 14.400 famílias foram excluídas por motivos relacionados à renda: 7.800 por atingirem o prazo limite da Regra de Proteção e 6.600 por ultrapassarem diretamente o limite de renda permitido.

No cenário nacional, os cortes também foram expressivos: cerca de 958 mil famílias deixaram de receber o benefício em julho, fazendo com que o número total de beneficiários caísse para menos de 20 milhões pela primeira vez desde 2022. O governo federal afirma que o objetivo é tornar o programa mais eficiente, garantindo que apenas famílias dentro dos critérios estabelecidos permaneçam no programa.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem se manifestado sobre os cortes no Bolsa Família, destacando a necessidade de equilíbrio entre eficiência fiscal e proteção às camadas mais vulneráveis da população. Em novembro de 2024, Lula afirmou:

“Nós não podemos mais jogar, toda vez que você tem que cortar alguma coisa, em cima do ombro das pessoas mais necessitadas.”

A declaração reflete a preocupação do governo em evitar que os ajustes fiscais impactem desproporcionalmente os mais pobres. Já em março de 2025, o presidente reforçou que o Brasil “não pode depender para sempre” do Bolsa Família, sinalizando a intenção de promover inclusão produtiva e autonomia das famílias.

Em Mato Grosso, o impacto social é significativo. O Bolsa Família representa a principal fonte de renda para milhares de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em pequenos municípios. A exclusão de mais de 13 mil famílias pode agravar a pobreza, reduzir o consumo local e aumentar a demanda por serviços assistenciais, como os oferecidos pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Além disso, 39 municípios do estado apresentaram desempenho abaixo da média nas condicionalidades de saúde exigidas pelo programa, como vacinação infantil e acompanhamento nutricional. O descumprimento dessas condicionalidades pode resultar na suspensão dos benefícios e na redução dos repasses federais aos municípios, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

Apesar da redução no número de beneficiários, o investimento federal no estado segue elevado. Em julho, o governo repassou cerca de R\$ 157,5 milhões para as famílias mato-grossenses, com um valor médio de R\$ 684,28 por família. O benefício continua incluindo acréscimos para famílias com filhos de até 18 anos, gestantes e lactantes.

As famílias que tiveram o benefício cancelado podem procurar o CRAS mais próximo para verificar o motivo do desligamento e, se for o caso, atualizar seus dados no Cadastro Único (CadÚnico). Mudanças na composição familiar ou na renda podem permitir o retorno ao programa, desde que os critérios sejam novamente atendidos.

A exclusão em massa reflete a nova política de reestruturação do Bolsa Família, que busca maior controle e fiscalização, mas também acende um alerta sobre os possíveis efeitos sociais de cortes abruptos em populações historicamente dependentes do benefício.

Tentamos contato com o governador Mauro Mendes para que se manifestasse sobre o assunto, mas não houve resposta até o fechamento desta matéria.

**NÃO TEM
DESCULPA.
PROVOCAR INCÊNDIO É
CRIME**

O GOVERNO DE MT ESTÁ MONITORANDO EM TEMPO REAL. QUEM FOR FLAGRADO QUEIMANDO SERÁ RESPONSABILIZADO CRIMINALMENTE.

PERÍODOS PROIBITIVOS

PANTANAL
01/06 A 31/12

CERRADO E AMAZÔNIA
01/07 A 30/11

ÁREAS URBANAS
ANO TODO

DENUNCIE 193

mt.gov.br | secom_mt

govmatogrosso

**MATO GROSSO É
TOLERÂNCIA
ZERO**
CONTRA CRIMES AMBIENTAIS



**Governo de
Mato
Grosso**

